



Anais da Assembleia

Nº 31

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE ABRIL DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 1978

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo da Silva, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53); achando-se ausente o Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS.

Sob o n.º 26/78, do Senhor Juarez Barreto Macedo, Presidente da Câmara Municipal de Faxinal nos seguintes termos:

Sr. Deputado e Presidente, esta Mesa Executiva toma a liberdade de encaminhar a Vossa Excelência, o Requerimento do nobre vereador José Moya Martins, que solicita de V. Ex.ª que seja o patrono desta causa dos municípios pequenos e de médio porte, que é a EMENDA no artigo n.º 28 da Lei Orgânica dos Municípios do Estado do Paraná, substituindo-a pelo artigo 46 da LOM, do Estado da Bahia. Trata-se portanto de um projeto de lei visando uma emenda substitutiva e toda as câmaras de município pequeno e médio vão torcer para que este corretivo seja aprovado. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 226/78 do Senhor Dr. Gastão Natal Simone, Secretário da Saúde e Bem Estar Social do Município de Maringá, encaminhando relatório de serviços prestados por aquela Secretaria referente ao mês de março de 1978. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 15/78 do Senhor Dr. Osvaldo Damaceno Ferreira Júnior, no qual encaminha a esta Casa, cópia autenticada do Termo Lavrado na ocasião da instalação da Comarca de Cidade Gaúcha. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 882/78 do Senhor Odir Gomes da Rocha, Presidente da A.S.P.P.; solicitando o aceleração da tramitação da Mensagem Governamental sob n.º 131/77, protocolada nesta Casa sob o n.º 12.370/77. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor LINEU ANTÔNIO BABY, ocorrido no último dia 15, em União da Vitória.

O extinto, que era funcionário do Instituto Nacional de Previdência Social, era pessoa muito benquista naquele município, em razão de seus dotes morais e intelectuais, causando essa perda grande comoção entre seus amigos.

Requeiro, ainda, que da manifestação do Plenário, seja comunicada à família do desaparecido, no INPS de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1978.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado em ata, voto de homenagem, em nome do povo paranaense, ao emérito Professor Artur Martins Franco, comunicando-se a Sua Excelência, o preito de gratidão que a comunidade estadual lhe devota pelos serviços inestimáveis e inesquecíveis que prestou a este Estado e ao País como educador.

O Professor Artur Martins Franco acaba de completar 102 anos de idade e é o último sobrevivente dos fundadores da Universidade Federal do Paraná que, como se sabe, foi o primeiro estabelecimento de ensino superior do País. As bases dessa formidável instituição que hoje educa milhares de jovens foi implantada por Artur Martins Franco e seus companheiros, na época qualificados de sonhadores e visionários, tais as dificuldades que se antepunham à criação de uma Universidade nos moldes e na dimensão que conseguiram realizar.

A obra de Artur Martins Franco jamais foi recompensada em dimensão financeira, visto que se aposentou antes da federalização e seus proventos se reduziram a uma irrisória quantia. Não pela importância aquisitiva desses proventos, mas pela ausência de um reconhecimento merecido, tal fato sempre revoltou a quantos conhecem sua inigualável bagagem de serviços ao Paraná.

São poucas quaisquer manifestações de apreço que a gente paranaense possa manifestar a tão benemérito cidadão, pelo que esperamos a aprovação deste petítório e a oportunidade de renovar, em termos semelhantes, através de muitos anos, o respeito e a admiração de que é credor o Professor Artur Martins Franco, êmulo de quantos se dedicam à nobre tarefa de educar seu semelhante.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1978.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer retirada da Ordem do Dia, para sofrer corrigenda, o requerimento de autoria do Deputado Ernesto Dal'Oglio.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1978.

(a) NILSO SQUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, a remessa de ofício à TELEPAR, solicitando esclarecimentos sobre as normas e valores da COBRANÇA DE TAXAS NAS LIGAÇÕES TELEFÔNICAS INTERURBANAS, NÃO COMPLETADAS.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

A revolta se generaliza, porque as comunidades entendem que os custos dos serviços telefônicos no Brasil, são extorsivos, e totalmente contraditórios à política do Governo na economia de combustíveis. Mas, a permissividade do Governo Federal tem muito pouco de humanismo, coerência e capacidade administrativa. No Município de Santa Cruz do Monte Castelo, o Vereador MILTON MOREIRA DE LIMA, protestou sobre o assunto no Poder Legislativo local. O Vereador declarou que é um abuso a cobrança de taxas nas ligações interurbanas não completadas. Disse que ele mesmo se dirigiu até o Posto de Serviço Telefônico da cidade, e solicitou uma ligação pra a cidade de Salvador - Bahia. Fez um depósito de Cr\$ 9,12 (nove cruzeiros e doze centavos) e ainda teve que pagar o respectivo "degrau" importando o total da conta em mais de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros); e não conseguiu completar a ligação, não falou. Em suma, pagou mas não levou a mercadoria.

O Vereador deseja saber se essa atitude é justa, coerente e legal? — Por outro lado, as reclamações são constantes, dando conta de que o Posto de Serviço de Santa Cruz do Monte Castelo, está instalado em local inadequado. A cabine é aberta e está exposta num dos bares de maior movimento, cujo tumulto atrapalha sensivelmente as conversações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que determine a inclusão no plano de obras para o presente exercício, do asfaltamento da estrada que começa na Divisa de Curitiba até Campo Magro e Bateias, fazendo inicialmente a primeira etapa de Curitiba a Campo Magro, e depois então, Campo Magro a Bateias.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1978.

(a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

Campo Magro é Distrito de Almirante Tamandaré que será beneficiado pelo asfaltamento, além de Ouro Fino e Bateias.

Esta é uma estrada que liga Curitiba ao Norte do Estado, e é uma área grande produtora de batatas, posto que produz nada menos que 250.000 sacas de batatas anualmente, abastecendo Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

A renda produzida para o Estado por esta região é bastante volumosa, sendo que o Estado pode perfeitamente atender essa reivindicação, aplicando parte da renda extraída de tal região, que será amplamente beneficiada com o asfaltamento, além de contribuir com o seu crescente progresso e desenvolvimento.

Desta maneira, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, após ouvido o Plenário, requer sejam enviadas cópias do pronunciamento que fizemos da tribuna, em data de hoje, bem como cópias do estudo elaborado pelo Dr. Antônio Carlos de Melo

Pacheco, Diretor do Departamento de Futebol Profissional, da Federação Paranaense de Futebol, aos Excelentíssimos Senhores Ney Amintas de Barros Braga, MD. Ministro da Educação e Cultura; Jayme Canet Júnior, MD. Governador do Estado; Brigadeiro Gerônimo Bastos, MD. Presidente da Confederação Nacional de Desportos; Almirante Heleno Nunes, MD. Presidente da Confederação Brasileira de Desportos e Dr. Luiz Gonzaga da Motta Ribeiro, MD. Presidente da Federação Paranaense de Futebol, para que possam estas autoridades, à vista das sugestões apresentadas, determinarem a efetivação de estudos, visando dar melhores estruturação e dinâmica no futebol profissional brasileiro.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1978.

(a) ERONDY SILVÉRIO

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 41/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de União da Vitória, parte do imóvel, de propriedade do Estado, constituído da área de terreno situada na cidade de União da Vitória, medindo 45,40 metros de frente para a rua Coronel Amazonas; 49,70 metros de um lado fazendo divisa com o imóvel onde se acha instalado o Centro de Saúde, por 51 metros de outro lado e por 45,35 metros de fundo fazendo divisas com o Centro Desportivo Municipal, com área total de 2.288,44 metros quadrados. Transcrição no Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória sob n.º 5.017 - livro 3-E, fls. 206.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1978.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

JUSTIFICATIVA:

O imóvel objeto do presente plano de lei destinar-se-á à construção de parte do complexo esportivo da sede do Município de União da Vitória, o que, sem dúvida, contribui significativamente para o desenvolvimento da cultura esportiva da juventude daquela comuna. Isto é motivo suficiente para contarmos com o apoio e aprovação deste projeto de lei pelos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa intenção é simplesmente tentarmos, com a compreensão de V. Ex.as, corrigir certas distorções que, entendemos, existiram na Mensagem Governamental aprovada recentemente por esta Casa, mensagem esta que tratou do aumento do funcionalismo. (Lê):

"Senhor Presidente.

Analizando mais profundamente o Projeto de Lei que fixa novos valores de vencimentos dos cargos efetivos e em comissão dos três Poderes do Estado, aprovado em redação final e encaminhado à sanção Governamental em data de 04 do corrente, constatamos uma irregularidade que nos causou estranheza, bem como a alguns titulares de Órgãos de Regime Especial da Administração Pública do nosso Estado.

Em consonância com o artigo 120, "caput" da Lei n.º 6636, de 29 de novembro de 1974, que dispõe sobre a organização do Poder Executivo no sistema de administração pública do Estado do Paraná, são órgãos de regime especial, nos termos do inciso III — do art. 6.º da referida Lei:

a) — o Colégio Estadual do Paraná, subordinado à Secretaria de Educação e Cultura;

- b) - a Loteria do Estado; subordinada à Secretaria de Finanças;
- c) - a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, subordinada à Secretaria do Planejamento;
- d) - o Departamento Estadual de Estatística, subordinado à Secretaria do Planejamento;
- e) - o Departamento de Trânsito do Paraná, subordinado à Secretaria de Segurança Pública;
- f) - o Departamento Estadual de Administração de Material, subordinado à Secretaria de Administração;

Posteriormente, face ao estabelecido no § 20 do artigo citado, foram transformados em órgãos de regime especial, o Departamento Estadual de Transporte Oficial (DETO), cujo Regimento Interno foi aprovado pela Resolução nº 065/76/SEAD (DOE nº 27, de 08/04/76), e o Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem (DAMI), cujo Regimento Interno foi aprovado pela Resolução nº 011/76/SEAD (DOE nº 233, de 04/02/76).

Os oito órgãos referidos, consoante estabelece o inciso III do art. 6º da Lei citada, são órgãos da administração direta de autonomia relativa, resultantes da desconcentração administrativa das Secretarias de Estado, para o desempenho de atividades cujo tratamento diverso do aplicável aos demais órgãos da administração direta, possa contribuir para a melhoria operacional das Secretarias.

Pelo exposto, a Lei que os criou, não estabeleceu hierarquia entre eles, nem fixou características discriminatórias, que pudessem dar a entender critérios de diferenciação nos vencimentos de seus titulares.

Com efeito enquanto na categoria DAS-2 estão o Diretor do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e o Diretor do Departamento Estadual de Administração de Material (DEAM), na categoria DAS-5 foram incluídos o Diretor do Departamento Estadual de Transporte Oficial (DETO), o Diretor do Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem (DAMI) e o Diretor do Departamento Estadual de Estatística (DEE), tendo sido omitidos, portanto, os titulares do Colégio Estadual do Paraná, da Loteria do Estado e da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba.

A prevalecer esta discriminação, teremos a seguinte diferenciação entre os vencimentos dos titulares dos citados órgãos:

Diretores do Detran e Deam — DAS 2 — Cr\$ 19.239,00
 Diretores do Deto-Dami e DEE-DAS-5 — Cr\$ 8.757,00
 Diretores do Colégio Estadual

Loteria Estadual e Coordenação
 da Região Metropolitana, vencimentos de acordo com o nível de cada titular.

Não havendo, até prova em contrário, qualquer justificativa para esta omissão discriminatória, é de admitir-se a ocorrência de equívoco que, não obstante a premência do tempo esperamos seja sanada.

Face ao exposto, requeremos, após ouvido o Plenário o encaminhamento de cópia do presente, consubstanciado em veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de que Sua Excelência determine o envio de Mensagem Complementar a este Poder Legislativo, equiparando todos os órgãos transformados em Regime Especial por força da mencionada Lei na mesma simbologia e consequentemente corrigindo essa anomalia por nós apontada.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1978."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Já há alguns meses atrás, requeremos e esta Casa apro-

vou, o envio de um apelo ao Sr. Ministro da Educação e ao Presidente da CBD, no sentido de que estudassem a tabela elaborada pela Federação Paranaense de Futebol, mais precisamente, ao Dr. Antônio de Paula Pacheco. Uma tabela racional que viria ajudar, em muito, o futebol brasileiro. (Lê):

"O futebol brasileiro atravessa hoje uma fase que definirá para sempre seu futuro.

Chegou-se a uma encruzilhada optou-se por um dos caminhos, e — sentimos — não foi uma escolha de favorecimento ao desporto, como lazer e cultura, sim uma opção de interesses que, a médio e longo prazo, vai sufocar o maior esporte popular do País.

Falamos da situação a que foi relegada a maioria dos clubes da divisão especial — chamados os pequenos clubes embora nem sempre essa dimensão reduzida seja verdadeira não participantes da Copa Brasil.

Durante sete meses esses clubes foram condenados à inatividade, visto que mal se disputava as finais da Copa de 1977 e já se divulgava a tabela da de 1978, postergando-se os campeonatos regionais.

Foi uma opção de calendário da Confederação Brasileira de Desportos, e não tenham os Senhores dúvida que foi ditada pelo interesse em arrecadações, sufocando-se a maioria dos clubes brasileiros em benefício da minoria dos chamados grandes clubes, que já se posicionaram no campeonato nacional.

Acreditamos que a pergunta de profundidade a ser dirigida à CBD, Federações estaduais e ao próprio Ministério de Educação e Cultura deveria ser a seguinte:

O que é o futebol para o Brasil? Espetáculo destinado ao público dos centros urbanos maiores? Esporte elitizado pela dimensão financeira da agremiação onde é praticado? Ou contrário senso, é o futebol um esporte como entendemos correto, de participação popular que a todos dá acesso através de milhares de associações — grandes, pequenas, de todo porte — que se espalham por todo o País, e se formam até no mais desprezível vilarejo, e representa com sua atração competitiva, uma fonte de sanidade física e lazer sadio para dezenas de milhares de jovens?

Sufocar os clubes da divisão especial, ou da primeira divisão, como hoje está ocorrendo, representa desestimular esses clubes a manter seus plantéis principais, com dispêndios dos atletas melhores e portanto mais caros.

No retorno à atividade esses clubes perderão expressão competitiva, que se refletirá em redução de rendas, endividamento, num processo de maquinismo que terminará com a extinção dos departamentos de futebol.

Ora, como esses clubes se fundamentam o interesse pelo futebol, e nas rendas, para manutenção de equipes juvenis e amadores, é lógico que também tenderão a reduzir e até extinguir essas atividades.

É então que as camadas populares de menores recursos cujos jovens encontram nos clubes de futebol focos de atração para a prática de esporte, estarão definitivamente expulsas dessa atividade física sadia, tão importante para a eugenia de um povo.

Teremos Brasil, terra do futebol-negócio.

Brasil, país onde esporte é uma atividade física que o povo assiste sentado comendo pipoca.

Brasil, terra do esporte-circo.

Tendo em vista essas considerações, requeremos à Mesa, sejam enviadas cópias deste pronunciamento à Federação Paranaense de Futebol, à Confederação Brasileira de Desportos, ao Ex^{mo} Sr. Ministro de Educação e Cultura, para que meditem sobre o assunto. Compreendam porque, a longo prazo a má formulação de calendários, pode estiolar uma atividade esportiva tão importante para a Nação em cultura e eugenia.

Requeremos também, considerando os mesmos fatos e a crise atual dos clubes que não participam da Copa Brasil, seja encaminhado apelo à Presidência da Federação Paranaense de Futebol, para que se crie uma competição de porte no decorrer destes sete meses que antecedem ao campeonato nacional, com a maior urgência.

Ao Ministério da Educação e à Confederação Brasileira de Desportos, requeremos formulação de apelo para que reestudem um critério de acesso que permita aos clubes da divisão especial participação na Copa Brasil, porquanto as decisões até hoje têm ficado mais ligadas ao interesse político e financeiro que o mérito esportivo. E seja implantado, a partir da Copa Brasil de 1.978, um certame paralelo, a ser disputado em partidas preliminares do campeonato nacional, disputado entre os chamados clubes menores dos Estados, podendo das decisões de tais torneios surgir o acesso ao campeonato nacional."

Nós tomamos a liberdade de enviar, como sugestão ao Sr. Ministro da Educação, ao Sr. Presidente da CBD. Já enviamos uma vez mas, ao que parece, as autoridades preferiram ignorar um trabalho sadio que foi elaborado pelo Dr. Antônio Carlos Pacheco que previu que concomitantemente a disputa do campeonato nacional, se disputem os campeonatos regionais em rodadas intercaladas; que nenhum prejuízo traz à realização do campeonato nacional, mas trará um grande benefício àqueles clubes, que, não participando do campeonato brasileiro, estão fadados ao desaparecimento. Não há clube neste País que aguente sete, oito ou dez meses de inatividade, mantendo os seus plantéis.

Então, nós encaminhamos à consideração da Casa o nosso requerimento. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uma das atitudes de permissão mais vergonhosa do Governo Central, Srs. Deputados, está, realmente, na Telebrás, quando o Governo procura jogar em cima do preço do petróleo, as justificativas pelos desacertos de sua política econômica-financeira; se bem que, agora, o Governo Federal encontrou mais uma desculpa para tantos insucessos e tanta incapacidade que é a de debitar a essa estiagem trágica que envolve o País, os desacertos, também, de sua administração.

Mas, as tarifas que se cobram no Brasil, na exploração do serviço telefônico, são, realmente, vergonhosas, abusivas; é uma autêntica extorção à nossa população e onde, Srs. Deputados, as taxas estabelecidas pela Telebrás, são, totalmente, contraditórias a essa mesma política do Governo, na economia de combustível. Se negar que o telefone seja, realmente, um instrumento que possibilita a economia de combustível, não é verdadeiro. Efetivamente, ele se constitui num instrumento de real, profunda e ampla utilidade.

Mas, transformou-se, efetivamente, num objeto de luxo, exatamente, pela permissibilidade desse Governo, ao permitir tanta libertinagem, tanta falta de humanismo, de respeito, de consideração para com o povo que necessita dos serviços de telefonia.

Mas, Srs. Deputados, nós recebemos uma denúncia formulada pelo Vereador Milton Moreira de Lima, da Câmara Municipal de Santa Cruz do Monte Castelo, onde o serviço telefônico é "PS" — posto de serviço, que naquele Município, numa atitude incompreensível, da Telepar, a cabine telefônica foi instalada, exatamente, num bar, o de mais movimento na cidade, cujo tumulto produz um barulho infernal, que prejudica, grandemente, as ligações telefônicas.

Mas, não é este o ponto principal que originou o requere-

mento que propomos, nesta sessão, Srs. Deputados. Ocorre, conforme relato do Vereador Milton Moreira de Lima, que ao se solicitar uma ligação interurbana na central telefônica de Monte Castelo, a pessoa que toma conta do serviço, já cobra, adiantadamente, uma taxa de nove cruzeiros e doze centavos e acrescenta a essa taxa, após, a cobrança do degrau; é o acréscimo que a Telepar soma à conta, aos nove cruzeiros e doze centavos, de ligação interurbana. E, o interessante é que mesmo que a ligação não seja completada, por serviços, digo, por problemas técnicos na rede de micro-ondas, a Telepar recolhe a taxa que, geralmente, vai a trinta, quarenta, cinquenta, sessenta, ou cem cruzeiros, dependendo da localidade chamada. Ora, é como se fora o cidadão que vai ao supermercado, paga a mercadoria, paga o objeto que comprou, mas não leva. É assim que se processa a norma de cobrança dessa taxa na Telepar. E nós pretendemos, com o nosso requerimento, exatamente Srs. Deputados, solicitar à Telepar que nos esclareça a sistemática que ela adotou para a cobrança dessas taxas, das ligações telefônicas interurbanas quando não completadas, que a comunidade brasileira, a comunidade paranaense, especificamente o Município de Monte Castelo se revolta com tamanho abuso, com tamanho desrespeito e não vê, sinceramente justificativa para que a Telepar cobre uma taxa realmente alta para o serviço que ela não executou.

Obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

Ausente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Havendo declinado, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Fidélcio Tolentino.

Ausente, concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

UM CASO TÍPICO DE ABUSO DE PODER

Nesta tribuna, já tive a oportunidade de focalizar a situação caótica porque atravessa a Cooperativa Mista dos Servidores do Estado do Paraná Ltda., tendo em vista os constantes processos de intervenção que o Governo do Estado e o Incra, se utilizam do Ministério da Agricultura, para impedir aquela entidade de cumprir suas finalidades legais.

Não trata-se apenas de resolver caso de pendência judicial, trata-se mais, de restaurar no Paraná, a moralidade administrativa, a que o Governo do Estado, acintosamente, relega ao esquecimento. Trata-se de mostrar a opinião pública deste Estado que os caprichos pessoais dos atuais governantes causam vultuosos prejuízos aos cofres públicos. Trata-se enfim, de evidenciar aos servidores do Estado do Paraná, a má vontade dos atuais governantes para uma entidade — que se funcionando normalmente, poderia amenizar o quadro de agruras do custo de vida, porque atravessa o funcionalismo público.

Em data de 25 de fevereiro de 1.966, depois de sofrer uma injusta intervenção de quatro anos, que fez com que fosse seu patrimônio dissipado, a COOPERATIVA MISTA DOS SERVIDORES DO ESTADO, readquiriu sua autonomia, até que em 25 de abril de 1.975, sofreu nova intervenção. Nomeado para interventor o Cel. JACKSON PITOMBO CAVALCANTI, não permanece mais que trinta dias e renuncia ao encargo.

Opera-se, daí a 3ª intervenção com a nomeação do Gen. HAROLDO BARBOSA BEZERRIL, que assume e permanece em torno de ano e meio, no encargo de interventor, para finalmente renunciar também aquela intervenção.

Finalmente em início de 1.977, recebe o encargo de ser

interventor o Dr. FRANCISCO GEBRAN, digno funcionário desta Casa de Leis, que depois de um ano de intensa atividade e vendo serem inúteis seus esforços, como os demais interventores, nega-se a continuar como instrumento da imoralidade administrativa e também renuncia.

Já aqui, uma interrogação surge:

Por que os interventores da Cooperativa, não permaneceram no cargo? Qual a força que levou aqueles ilustres homens deste Estado a renunciarem a interventoria?

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a resposta aos que estão cientes dos acontecimentos é óbvia, mas a opinião pública disso nada sabe, bem como ignoram a situação caótica da sua COOPERATIVA, a grande maioria dos funcionários públicos deste Estado.

Acontece, Sr. Presidente, que o imóvel de patrimônio da Cooperativa, ainda na primeira intervenção foi fraudulentamente alienado a Café do Paraná, cuja venda ilegal e imoral foi anulada pela Justiça, que condenou o Estado do Paraná a pagar uma indenização de hum milhão seiscentos e oitenta mil cruzeiros, ainda em agosto de 1.975, a título de perdas e danos pela paralisação das atividades daquela Cooperativa.

Todavia, anulada pela Justiça a venda fraudulenta, o Estado do Paraná, efetua a desapropriação do imóvel, que tem fixado na Justiça o valor de seis milhões de cruzeiros.

Passa assim, o Estado do Paraná, a partir de agosto de 1975, a dever à Cooperativa em torno de nove milhões de cruzeiros e no fim do exercício de 1.975, com as devidas correções e juros pelas sentenças definitivas, transitadas em julgado, a dívida do Estado para com a Cooperativa era de dez milhões de cruzeiros.

Hoje esta dívida é superior a vinte milhões de cruzeiros, o que vale dizer, que nos dois últimos anos, o Estado do Paraná teve um prejuízo anual de cinco milhões, ou seja mais de quatrocentos mil cruzeiros por mês, ou ainda mais de treze mil cruzeiros por dia.

Este prejuízo de mais de dez milhões dado aos cofres públicos, lamentavelmente não beneficiou aos Cooperativados, eis que a sua entidade de consumo, permanece desprovida de imóvel e sem condições de entrar em funcionamento até receber a dívida que tem do Estado. Assim, de um lado o erário público sofre um ônus absurdo, com a correção monetária e os juros correndo por conta das sentenças que condenaram o Estado do Paraná, e o Governo Estadual, persiste em defender-se tecnicamente, porém sem qualquer eficácia prática, apenas ganhando tempo para não pagar ou não ser requerida a intervenção federal, pela falta de pagamento a sentença judicial. Todavia, esta defesa em termos de administração pública é a mais imoral possível, eis que não só significa vultoso e permanente prejuízo para os cofres estaduais, mas o que é pior, está impedindo o funcionalismo público do Estado de usufruir das vantagens que a sua Cooperativa de Consumo poderia proporcionar, se fosse a dívida paga e seu supermercado instalado.

Agora, com a renúncia a interventoria pelo último interventor — o quarto —, indaga-se: Pretenderá o Governo Estadual, nomear outro interventor e sujeitá-lo, como os demais, a que participe de manobras não recomendáveis para que a Cooperativa fique sem funcionar? Ou dá-se por vencido e efetua de vez o pagamento devido, para que possam os servidores públicos deste Estado, verem sua Cooperativa de Consumo funcionando e proporcionando as vantagens que só ela pode oferecer para mitigar os baixíssimos índices de aumento conferidos e lamentavelmente ainda não pagos e ao que tudo indica a serem pagos parceladamente, como se verdadeira esmola fossem.

Por isso, Sr. Presidente, é que voltei ao assunto Cooperativados Servidores do Estado, porque ele representa uma filosofia administrativa que não se enquadra dentro dos pa-

drões da ética administrativa.

A obrigação do Estado é de estimular o Cooperativismo, art. nº 127, III da Constituição Estadual, e não de impedir seu funcionamento como o Governo atual vem fazendo.

Por outro lado, é obrigação do Governo defender os interesses do Estado evitando os prejuízos a que o mesmo possa sofrer.

Ora, nenhuma destas o Governo Estadual vem fazendo, muito embora possa se escudar na lei e até na Justiça, para tentar justificar sua conduta. Todavia falta base ética para o procedimento do Governo e tanto é verdade que os últimos interventores, ao notarem que não são mais que meros instrumentos deste expediente reprovável, tomam a decisão de abandonar a função de interventores, pois na prática mesmo, o que se quer deles, nada mais é que traíam os interesses dos servidores do Estado, permanecendo à testa de uma entidade que deveria estar funcionando e que pela teimosia do Governo Estadual, deve continuar acéfala e sem condições de funcionamento.

A grande verdade, Sr. Presidente, é que sentimo-nos impotentes para tomar qualquer medida de eficácia, no sentido de que a Cooperativa seja reanimada, sem o pagamento da importância hoje superior a vinte milhões de cruzeiros, pois tal importância é a que ficou reduzido o patrimônio da Cooperativa pela ação, podemos dizer nefasta do Governo Estadual, que inicialmente tentou com fraude e visível má-fé, simplesmente incorporar a Café do Paraná o imóvel da Cooperativa e depois, desmascarado na Justiça, desapropriou o imóvel mas não pagou até hoje. O pior, porém, é que pelas demonstrações dadas, não existe qualquer intenção governamental de restituir à Cooperativa a sua necessária autonomia, a fim de que ela proporcione aos servidores públicos as vantagens inerentes a que a classe necessita e clama, nestes dias difíceis e das agruras por que atravessa.

Denunciamos, pois a opinião pública, deste Estado, o comportamento do Governo Estadual, pois falta-lhe a base moral para ser tido como justo e honesto.

Que a denúncia sensibilize o Sr. Governador para que os cofres estaduais não venham a sofrer o prejuízo diário de mais de treze mil cruzeiros, e o que é o principal, possam os servidores públicos com a Cooperativa em funcionamento, suprirem a defasagem que corroe mensalmente seus minguados vencimentos.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Consulto a Liderança do MDB sobre se deseja usar o espaço reservado à sua bancada. (Declina)

Da mesma forma, consulto a bancada da ARENA, se deseja ocupar o espaço de tempo que lhe é reservado. (Declina)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente. Necessita de apoio.— Apoiado.— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 168/77, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública o "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS — S.O.S., com sede e foro na cidade de Porecatu. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 172/77, de autoria do Deputado OSVALDO MACEDO, que denomina "RODOVIA DO MILHO", a estrada de Rodagem que liga Ivaiporã a Mauá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.—

Sobre este projeto há um requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, no seguinte teor:
"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, seja anexado ao Projeto de Lei nº 172/77, o de número 193/74, de autoria do ex-Deputado Antônio Maciel, que dá nova denominação à estrada referente ao Projeto nº 172/77, para o que requer ainda a retirada do Projeto nº 172/77, da ordem do dia e encaminhamento à C.C.J., para os devidos fins.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1.978".

Em votação o requerimento.— **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 04/78, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Municipais — ASEM, com sede e foro na cidade de Rio Branco do Sul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 04/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS" — ASEM — com sede e foro na cidade de Rio Branco do Sul.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1.978.

(a) Quielse Crisóstomo.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche todos os requisitos legais exigidos pela legislação reguladora da matéria, conforme a documentação que anexamos ao presente.

Com isso, estamos apresentando o presente plano de lei que temos a certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 04/78

P A R E C E R

De autoria do nobre Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, o presente Projeto de Lei nº 04/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS — ASEM", com sede e foro na cidade de Rio Branco do Sul.

Da análise do processo, através da justificativa apresentada e da documentação que o acompanha, temos que a entidade preenche os requisitos legais e essenciais, para o reconhecimento público estadual.

Assim sendo, de acordo com a Lei nº 6.994/de 10/01/78, o projeto de lei está em condições de ser aprovado pelo Plenário, razão pela qual, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de março de 1.978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Lineu Antônio Baby, ocorrido em União da Vitória.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto

Dal'Oglio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, em forma de pedido de informações, referente a instalação da Comarca de Palmital.— **Aprovado.**

O SR. EZEQUIAS LOSSO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência defere e procederá a verificação de votação.

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, talvez eu esteja enganado, mas a mim parece que esse tipo de requerimento não pode ser objeto de deliberação pela Assembléia Legislativa, porque ela não tem atribuição de exigir informações ao Poder Judiciário.

A nossa competência se cinge tão somente a solicitar informações do Poder Executivo que é o único que se encontra sob a fiscalização da Assembléia Legislativa.

Isto fere a autonomia e independência dos Poderes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência informa a V. Exª que de vezes anteriores recusou a matéria dessa natureza.

Entendia a Presidência que esse requerimento consubstanciava mais um apelo do que propriamente um pedido de informações. Todavia, nos termos em que está vazado o requerimento, realmente o Deputado Ernesto Dal'Oglio requer informações sobre a instalação da Comarca de Palmital.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, tenho para mim que pedido de informação dessa natureza pode ser solicitado pessoalmente pelo ilustre Deputado interessado, sem que seja feito pelo sistema de informação através da Assembléia Legislativa.

Pelo que, se V. Exª mantiver a matéria em apreciação do Plenário, corroborando as palavras do ilustre Deputado Accioly Neto e melhor me atendo ao assunto, também sou contrário a esse tipo de pedido, pensamento este já manifestado anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sobre a mesa, requerimento do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, pedindo retirada da matéria da Ordem do Dia.

Em votação o requerimento.— **Aprovado.** Retirada a matéria.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do 123º aniversário da criação do Arquivo Público do Paraná.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, em forma de apelo, no sentido de que sejam determinadas providências para acelerar o pagamento das indenizações por desapropriação de terras na faixa da BR-369, especialmente da Ponte do Rio Piquiri, do Município de Corbélia.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 135/77.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor da 6ª Região do Banco do Brasil— DICAPE, Cel. Valter Perachi Barcelos, visando urgência na instalação da já criada e construída agência de Santa Izabel do Ivaí.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado, em nome do Governo do Estado, apelo ao Ministério da Saúde, a fim de que o mesmo determine a suplementação das verbas orçamentárias, destinadas ao INAN, para o Estado do Paraná, para melhor atender a situação calamitosa por que vem passando os pequenos e médios agricul-

tores, em razão da longa estiação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Saúde, em forma de apelo no sentido de que a verba orçamentária para 1.978, destinada ao INAN, para o Estado do Paraná, seja suplementada em 30% do seu valor total, a fim de que aquele órgão federal possa atender a situação por que vem passando os pequenos agricultores, em razão da longa estiação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações com o Governo do Estado, pela conclusão da Rodovia PR-T-280, no trecho Santa Rita a Palmas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piétrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente à Secretaria de Educação e Cultura, consubstanciado em apelo no sentido de que seja criado o Curso Colegial, a nível científico, no Município de Fênix. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, com o apoio do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Sr. Ismael Peters, Gerente-Adjunto do Banco do Estado do Paraná, o qual tendo atingido o limite de tempo de serviço ora se aposenta. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Ministro da Fazenda e ao Ministro do trabalho, no sentido de que seja feita uma Lei Interministerial, beneficiando as pessoas jurídicas, que admitirem em seus quadros de empregados, o trabalhador cego. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Presidente da COPEL, no sentido de que seja procedida vistoria na rede elétrica da cidade e comarca de Ubiratã. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, encarecendo providências no sentido de impedir a exigência de contribuições financeiras de alunos dos estabelecimentos públicos de ensino. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulín, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que determine providências na imediata reabertura da Escola Isolada de Passaúna, localizada no Município de Almirante Tamandaré. — Em discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em apelo, no sentido de que determine o envio de mensagem complementar a este Poder, equiparando todos os órgãos transformados em Regime Especial por força da mencionada lei na mesma simbologia e conseqüentemente corrigindo essa anomalia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulín, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine a inclusão no plano de obras para o presente exercício, do asfaltamento da estrada que começa na divisa de

Curitiba até Campo Largo — Em discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piétrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado à TELEPAR, encarecendo esclarecimentos sobre as normas e valores da Cobrança de Taxas nas ligações telefônicas interurbanas, não completadas. — Em discussão.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de homenagem, em nome do povo paranaense, ao emérito Professor Arthur Martins Franco, comunicando-se ao homenageado o preito de gratidão que a comunidade estadual devota pelos serviços inestimáveis que prestou a este Estado e ao País, como educador. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de cópias do pronunciamento feito da tribuna, bem como cópias do estudo elaborado pelo Dr. Antônio Carlos de Melo Pacheco, Diretor do Departamento de Futebol Profissional, da Federação Paranaense de Futebol, às diversas autoridades, para que possam estas autoridades, à vista das sugestões apresentadas, determinarem a efetivação de estudos, visando dar melhores estruturação e dinâmica no futebol profissional brasileiro. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piétrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa da "Nota de Repúdio", assinada pelos Diretórios Centrais dos Estudantes da PUC e UFF, e publicada no jornal "O Estado do Paraná". — **Aprovado.**

O SR. EZEQUIAS LOSSO — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

13 Srs. Deputados aprovam; 4 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para deliberação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piétrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da República, consubstanciado em protesto pelo irrealismo das medidas aprovadas recentemente em benefício da cafeicultura, e apelo no sentido de que Sua Excelência determine a reabertura dos debates entre governo e produtores e comerciantes de café. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, sobre quais as razões que determinaram o cancelamento ou adiamento do Concurso do Magistério Primário, após as inscrições procedidas em todo o Estado. Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, diante da ausência de outras prerrogativas mais concretas, instando-o a proceder a imediata implantação do aumento nos vencimentos do funcionalismo estadual e o conseqüente pagamento das diferenças em atraso ainda no mês de abril corrente. Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piétrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do

Estado, consubstanciado em apelo, no sentido de que determine à Secretaria do Interior, proceda negociações com uma das nossas emissoras de televisão interioranas, cedendo para utilização o Canal de Micro-Ondas que chega até a cidade de Loanda, atendendo assim a região noroestina compreendendo os quinze municípios que integram o eixo Paranavaí-Que-
rência do Norte.— Em discussão.— Encerrada a discussão.

Emenda Substitutiva de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente de sessão anterior, ao requerimento de autoria do mesmo, com apoioamento de diversos Srs. Deputados, propondo anistia aos nossos irmãos brasileiros que foram atingidos por medidas nascidas da exalta-

ção política, solicitando ainda sejam científicas todas as Assembléias Legislativas do País, Câmaras Municipais do Paraná e diversas autoridades federais. — Em discussão.— Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 18, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 168/77

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 04/78.

Levanta-se a sessão.